

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº. 25/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2023

1. OBJETO:

Aquisição de eletrodomésticos diversos para atender as necessidades da Câmara municipal de Araguaçu – TO, conforme itens 1, 2, 3, 4, 5 especificados neste processo.

Item	Descrição/Especificação	Unid	Quan.	Preço Un.	Preço Total
1	REFRIGERADOR DUPLEX FROST FREE; Alimentação 220 volts; Capacidade de 588 litros; Cor branca; Sistema Degelo: Frost Free; Cesto porta ovos com capacidade para doze; Compartimento extra frio; Gavetão para legumes transparente; Controle de Temperatura no refrigerador; Pés com rodízio; Selo PROCEL nível A de consumo de energia; Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação	Unid	01		
2	Purificador de Água Slim, Cor branca, Refrigerado Por Compressor - capacidade para 2 litros, 220 volts.	Unid	01		
3	Sanduicheira dupla, 220 Volts.	Unid	01		
4	O Armário de Aço Organizador Multiuso, cor cinza, 04 prateleiras reforçadas, com chave para trancamento.		01		
5	Ar-Condicionado Split, Inverter, 12.000 BTUs Quente/Frio 220V, cor branca.	Unid	02		

I - DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, NOS TERMOS DO ART.75, II DA LEI FEDERAL Nº: 14.133/2021.

CONSIDERANDO A solicitação da Câmara Municipal de Araguaçu – TO, para que seja aberto procedimento licitatório visando Aquisição de eletrodomésticos diversos para atender as





necessidades da Câmara municipal de Araguaçu – TO, conforme itens 1, 2, 3, 4, 5 especificados neste processo.

CONSIDERANDO o que dispõe o inciso I do art. 75 da Lei 14.133/2021, quanto aos casos em que a licitação poderá ser dispensável;

CONSIDERANDO ainda a exigência do §4º do art. 23 do mesmo dispositivo legal acima citado;

2 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DOS SERVICOS

Considerando que aquisição se faz necessária, tendo em vista as diversas demanda desta casa de leis.

Os Equipamentos abrangidos nesta dispensa de licitação serão necessários para atender as demandas da Câmara Municipal de Araguaçu - TO, que teve recentemente seus ambientes ampliados (construção do novo prédio) e ainda suprir eventuais demandas dos equipamentos antigos e obsoletos que possuem alto custo nos processos de manutenções.

Os quantitativos foram estimados com base na necessidade dos ambientes de cada sala, até mesmo na substituição dos aparelhos antigos e obsoletos, pertencente a esta casa de leis.

Justifica-se, portanto, uma vez que a administração necessita realizar tal aquisição, para melhorar o atendimento a comunidade, garantindo um ambiente mais moderno e organizado aos servidores da Câmara Municipal de Araguaçu – TO.

3 – COTAÇÃO DE PREÇOS

O TCU no Acórdão 2318/2014 - Plenário, de 03/09/2014, consignou que, para se comprovar o preço de mercado, a pesquisa deve levar em consideração diversas origens, como, por exemplo, cotações com fornecedores, contatos anteriores do próprio órgão e os firmados por outros órgãos públicos com valores registrados Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível.

O §4º do Art. 23 da Nova Lei de Licitações nº: 14.133/2021 estabelece que:

"§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma





natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo."

Assim a cotação do presente procedimento foi realizada levando-se em consideração o valor praticado no mercado, de acordo com informações abaixo, promovemos formalmente a solicitação de 03 (três) orçamentos de empresas do ramo sediadas, que fornecem o tipo de serviços descrito na planilha orçamentária, sendo que o valor abaixo estimado aferido para a contratação está dentro do valor permitido para que a licitação seja dispensável,

4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DISPENSA

Extrai-se do inciso II, do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, o seguinte teor:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

.....

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,00 (cinquenta e quatro mil e vinte reais), no caso de outros serviços e compras;

Os valores acima mencionados, estão atualizados conforme Decreto 10.922 de dezembro de 2021

Infere-se do dispositivo acima, que sempre que as peculiaridades e circunstâncias evidenciarem esta realidade, implícita a permissão para a contratação, cabendo, consequentemente, ao Administrador, o exame de sua conveniência e oportunidade, vez que, há margem de discricionariedade para agir, sem desvincular-se, todavia, dos princípios da administração pública.

Ademais, no caso em tela foi realizada cotação de preços de mercado, onde se infere que o valor para a contratação do item está dentro do valor permitido para dispensa de que trata o inciso II do Art. 75 da Nova Lei de Licitações.

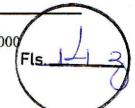
Assim, a situação é de inviabilidade de licitação, o que autoriza a dispensa, na forma do que dispõe o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

5. LOCAL E ENTREGA DOS PRODUTOS

O local para entrega dos produtos será na Câmara Municipal de Araguaçu – TO.

6. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE CONTRATAÇÃO/HABILITAÇÃO

A contratada deverá apresentar os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, na forma do que dispõe o inciso V do art. 72 da Nova Lei de Licitações.





- Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- I Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo:
- II Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI Razão da escolha do contratado;
- VII justificativa de preço;
- VIII autorização da autoridade competente."

7. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO E DA EXECUÇÃO

Os itens deverão ser entregues conforme objeto deste Termo de Referência.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária da Câmara Municipal de Araguaçu – TO.

01.031.0001.1003 - Reaparelhamento da Câmara Municipal

4490520000000000 2 – Maquinas equipamentos e material permanente.

- 1.500,0000 - Fontes de recursos

9. DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA

Se a Câmara Municipal de Araguaçu - TO, optar por celebrar contrato decorrentes do presente procedimento, o mesmo terá vigência até 31 de dezembro de 2023, contados da data de assinatura do contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

I. DA CONTRATANTE:

a. Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel cumprimento do objeto;

00 Fls...15 3



- b. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais durante a vigência do respectivo contrato;
- c. Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto deste instrumento, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d. Honrar com o compromisso financeiro previsto no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências ali consignadas;
- e. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

II. DA CONTRATADA

- a. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas;
- b. Executar os serviços na forma prevista no presente instrumento;
- c. Responder perante terceiros por eventuais danos causados.
- d. Cumprir fielmente o que estipula este Termo de Referência;

11. DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em parcela única, após assinatura do contrato e entregue dos objetos do contrato.

12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Competirá à CONTRATANTE proceder o acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços constantes do objeto, se houver necessidade de celebração de contato, pelo que designará representante responsável, na forma do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021.

Por tudo o anteriormente exposto, entendemos a viabilidade e legalidade da contratação do objeto através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, I e do §4º do art. 23 da Lei nº. 14.133/2021.

Sendo assim, solicita a Câmara Municipal de Araguaçu que **AUTORIZE** a abertura de PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, para Aquisição de eletrodomésticos diversos para atender as necessidades da Câmara municipal de Araguaçu – TO, conforme itens 1, 2, 3, 4, 5 especificados neste processo.

Araguaçu -TO, 11 de dezembro de 2023.

Kelika Christina de Oliveira Sousa Agente de Contratação

Fls. 16 2